

# **Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo  
em 31 de dezembro de 2018 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A.

### **Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações financeiras da Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião com ressalva**

Conforme a legislação brasileira vigente, os impostos e as contribuições de natureza fiscal e previdenciária estão sujeitos a fiscalizações pelas autoridades tributárias, compreendendo os últimos cinco anos. Devido ao fato de não termos obtido evidências de auditoria satisfatórias e demais análises relacionadas a esses temas, não nos foi possível concluir quanto à existência ou não de eventuais obrigações de natureza fiscal ou outras obrigações de natureza previdenciária que deveriam estar refletidas nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Ênfase**

A Companhia realiza volume significativo de transações com partes relacionadas. A nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras contém informações sobre essas transações, seus impactos no resultado e os ativos e passivos correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2019

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Hudson Souza Martins  
Contador  
CRC nº 1 SP 280390/O

MINORGAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.397	1.938	Empréstimos e financiamentos	15	185.074	67.930
Aplicações financeiras	7	65.130	26.250	Cessão de Fornecedores		10.046	-
Contas a receber	8	150.513	178.628	Fornecedores	14	42.561	29.860
Contas a receber de partes relacionadas	9	16.243	16.600	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		3.281	5.201
Estoques	10	31.055	30.361	Obrigações tributárias	16	2.078	7.627
Impostos a recuperar	11	19.529	2.605	Adiantamentos de clientes		12.159	9.132
Outros ativos		<u>14.824</u>	<u>512</u>	Provisão para comissões a pagar		5.981	4.085
Total do ativo circulante		<u>312.691</u>	<u>256.894</u>	Contas a pagar a partes relacionadas	9	65.167	10.668
				Dividendos a pagar	9	1.497	1.497
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Outras contas a pagar		<u>9.408</u>	<u>1.112</u>
Aplicações financeiras	7	-	5.637	Total do passivo circulante		<u>337.252</u>	<u>137.112</u>
Créditos com partes relacionadas	9	1.319	1.487				
Impostos diferidos	21.a	25.065	4.832	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativo não circulante mantido para venda	12	1.976	1.889	Empréstimos e financiamentos	15	28.789	73.413
Imobilizado e intangível	13	<u>98.242</u>	<u>65.716</u>	Contas a pagar a partes relacionadas	9	-	<u>20.051</u>
Total do ativo não circulante		126.602	79.561	Total do passivo não circulante		<u>28.789</u>	<u>93.464</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	17		
				Capital social		70.000	70.000
				Reserva legal		2.464	2.464
				Reserva para investimentos		5.548	5.548
				Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos		2.077	2.076
				Reserva de retenção de lucros		<u>(6.837)</u>	<u>25.791</u>
				Total do patrimônio líquido		73.252	105.879
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>439.293</u>	<u>336.455</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>439.293</u>	<u>336.455</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MINORGAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	344.682	254.156
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	19	(258.185)	(153.181)
LUCRO BRUTO		<u>86.497</u>	<u>100.975</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Com vendas	19	(66.947)	(28.284)
Gerais e administrativas	19	(46.094)	(20.579)
Outras (despesas) receitas, líquidas	19	664	(216)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(25.880)</u>	<u>51.896</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	13.518	5.223
Despesas financeiras	20	(38.168)	(15.687)
Variação cambial líquida	20	71	(14)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(50.459)</u>	<u>41.418</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	21.b	(2.402)	(17.053)
Diferidos	21.a	20.233	2.483
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(32.628)</u>	<u>26.848</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - (BÁSICO E DILUÍDO) EM R\$	23	<u>(2,62)</u>	<u>2,96</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MINORGAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(27.796)	26.848
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(27.796)</u>	<u>26.848</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

MINORGAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva para investimentos</u>	<u>Reserva especial para dividendos não distribuídos</u>	<u>Reserva para retenção de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		70.000	1.122	5.548	2.076	6.662	-	85.408
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	26.848	26.848
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(6.377)	(6.377)
Constituição de reservas	19.b	-	1.342	-	-	19.129	(20.471)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>70.000</u>	<u>2.464</u>	<u>5.548</u>	<u>2.076</u>	<u>25.791</u>	<u>-</u>	<u>105.879</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(32.628)	(32.628)
Constituição de reservas		-	-	-	-	(32.628)	32.628	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>70.000</u>	<u>2.464</u>	<u>5.548</u>	<u>2.076</u>	<u>(6.837)</u>	<u>-</u>	<u>73.251</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MINORGAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(50.459)	41.418
Ajustado por:			
Depreciação e amortização	13	3.696	1.495
Baixa de ativos imobilizados	13	12.094	32
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	58.134	1.746
Rendimentos de aplicações financeiras		(3.009)	(4.414)
Ajuste a valor presente		5.116	2.047
Perda no recebimento de crédito	8	-	(100)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	23.710	14.053
Provisão para comissões a pagar		<u>7.547</u>	<u>8.604</u>
		56.829	64.881
Redução (aumento) de ativos:			
Contas a receber de clientes	8	(35.135)	(137.372)
Contas a receber de partes relacionadas	9	336	18
Estoques	10	(694)	(8.248)
Impostos a recuperar	11	(11.210)	2.819
Adiantamentos a fornecedores e outros	13	-	(1.920)
Outros ativos		(14.375)	(827)
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores	14	22.749	11.390
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(1.920)	4.011
Obrigações tributárias	16	(647)	(5.886)
Adiantamentos de clientes		3.027	4.433
Contas a pagar a partes relacionadas	9	8.376	(3.009)
Provisão para comissões a pagar		(5.651)	(7.716)
Outras contas a pagar		<u>8.290</u>	<u>(6.631)</u>
Caixa (aplicado nas) e gerado pelas operações		29.974	(84.057)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(13.018)	(9.133)
Juros sobre financiamentos pagos	15	<u>(19.423)</u>	<u>(16.440)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(2.467)</u>	<u>(109.630)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de ativos imobilizados	13	(48.316)	(20.971)
Aplicações financeiras	7	<u>(30.234)</u>	<u>3.898</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(78.550)</u>	<u>(17.073)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Transação com partes relacionadas, líquido	9	26.240	30.149
Captação de empréstimos e financiamentos	15	195.702	116.601
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(127.466)	(63.390)
Pagamento de dividendos		-	(2.646)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		94.476	80.714
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>13.459</u>	<u>(45.989)</u>
<b>VARIAÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.938	47.927
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		15.397	1.938
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>13.459</u>	<u>(45.989)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## MINORGAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FERTILIZANTES S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. fundada no dia 15 de junho de 1998 ("Companhia") é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede na Estrada São Pedro, 685, em Mandaguari, Estado do Paraná, e tem por objeto social preponderante a fabricação de adubos e fertilizantes. A Companhia é controlada pela Superbac Proteção Ambiental S.A. e a controladora final é a Bio Gênese Participações S.A.

A Companhia opera no mercado de fertilizantes de alta performance sendo a principal plataforma do Grupo SuperBAC para o desenvolvimento de soluções inovadoras para o setor agrícola, visando proporcionar maior resistência para as culturas, aumento na produtividade da colheita, maior rentabilidade para os produtores rurais e sustentabilidade para o planeta.

A Companhia modernizou o seu complexo industrial e desenvolveu um processo produtivo inovador para o setor de fertilizantes, com o emprego tecnologias avançadas nos processos de fabricação, integrados a um sistema de automação e controle industrial. Estes investimentos resultam em uma entrega de fertilizantes de alta qualidade no campo, desde a plantadeira até a colheita. A incorporação da tecnologia no processo produtivo potencializa os benefícios do fertilizante e atua como um catalizador de nutrição para o solo.

Em 2018, a Companhia finalizou o investimento no CPBAC, laboratório com equipamentos de última geração, e reestruturou todo o seu time de pesquisa e desenvolvimento para manter o compromisso de desenvolver e trabalhar com as mais modernas tecnologias e potencializa-las para suprir a necessidade das lavouras e de seus clientes.

#### 2. BASE DE ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia optou por não divulgar a demonstração do valor adicionado, opção facultada pela Resolução CFC nº 1.162/09.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R1) – Arrendamentos, e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques ou valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos futuros podem diferir dessas estimativas.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são:

### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas na moeda funcional da Companhia.

### 3.2. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

### 3.3. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 3.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

#### (i) Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período.

#### (ii) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

### Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros.

Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado.

#### 3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor de custo auferido até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado nem de realização

#### 3.6. Aplicações financeiras

Consiste em aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário – CDBs, Compromissadas, Fundos de Investimentos e Letra Financeira (Títulos Privado). Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### 3.7. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante.

### 3.8. Estoques

Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semiacabados e material para embalagem. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais.

### 3.9. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumulado. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13, que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### 3.10. Intangível

#### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente.

### 3.11. Outros ativos

Demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidos até o encerramento do exercício e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

### 3.12. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis ("impairment")

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado ("impairment").

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data.

### 3.13. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

### 3.14. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### 3.15. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### Impostos correntes

A Companhia está enquadrada na forma de tributação de lucro real anual, com recolhimento mensal por estimativa e ajuste anual.

A tributação na forma de lucro real anual compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Uma vez que, a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes, o saldo referente a imposto de renda diferido ativo não está sendo reconhecido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

### 3.16. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a empresa transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contrapartida recebida ou a receber, de produtos vendidos e serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e/ou outras deduções similares.

## 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

### 4.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota explicativa nº 3.14), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### a) Reconhecimento da receita

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos descrito no CPC 47 e, em particular, se a Companhia havia transferido para o comprador os principais riscos, benefícios e controles da propriedade dos produtos.

#### 4.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

##### a) Vida útil de ativos imobilizados

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada conforme nota explicativa nº 13.

##### b) Provisão para riscos e processos judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

#### 5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

##### Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo e 31 de dezembro de 2018

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 03 (IAS 7)	Iniciativa de divulgação, a aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações ao CPC 32 (IAS 12)	Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar, a aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia já avalia a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.
Alterações ao CPC 45 (IFRS 12)	Incluídas nas melhorias anuais ao ciclo de IFRS 2014-2016.
ICPC 21/ IFRIC 22	Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamento.

##### Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

###### *CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros*

O CPC 48/IFRS 9 traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de redução ao valor recuperável e novas regras para contabilização de "hedge accounting".

A nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39).

A Companhia aplicou os conceitos estabelecidos no CPC 48/IFRS 9; não foram identificados impactos significativos em relação aos atuais padrões abordados segundo o CPC 48/IFRS 9.

*CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes*

A Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30/IAS 18, CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas.

Como resultado da implementação do CPC 47/IFRS 15, a Companhia reavaliou suas práticas contábeis relacionadas à identificação das obrigações de desempenho e concluiu que o CPC 47/IFRS 15 não trouxe impactos significativos, na qual as receitas de vendas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida/a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos sobre vendas.

As receitas de vendas são reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto.

Portanto a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em relação aos padrões atuais de receita (CPC 30/IAS 18) em relação ao reconhecimento das receitas de vendas de produtos.

*Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas*

Com relação às "International Financial Reporting Standards - IFRS" novas e revisadas, já emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", porém para as quais o CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, a Companhia ainda avalia os impactos, estando um sumário das principais modificações de normas/pronunciamentos apresentado a seguir:

Norma	Requerimento	Vigência
IFRS 16/CPC 06- Arrendamento Mercantil	Define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de "leases" (arrendamentos). A IFRS 16 substitui a IAS 17 - "Leases" e interpretações relacionadas.	A partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa	1	-
Banco conta movimento	15.396	1.938
Total	15.397	1.938

## 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão representadas basicamente por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco com remuneração entre 95% e 105% em 2018 (95% e 105% em 2017) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo estar sujeitos a de mudança de valor, conforme tipo de ativo, e com possibilidade de resgate imediato.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	8.039	10.491
Fundos de investimento (b)	50.956	15.040
Compromissada (c)	5.999	6.229
Outros	136	127
Total	<u>65.130</u>	<u>31.887</u>
Circulante	65.130	26.250
Não circulante	-	5.637

- (a) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São mantidas em carteira de investimento, certificado de depósito bancário – CDB, com rentabilidade de juros indexados no CDI e em 2018 tiveram variações entre 95% a 105% (95% a 105% em 2017).
- (b) Aplicação em fundos de investimentos realizados em bancos de primeira linha, com baixo grau de risco com uma remuneração anual média em torno de 100% do CDI.
- (C) Aplicação realizada em banco de primeira linha na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo custo amortizado com remuneração anual média em torno de 100% do CDI.

## 8. CONTAS A RECEBER

## a) Composição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Clientes nacionais	210.991	191.156
Clientes exterior	2.772	-
Ajuste a valor presente	(5.116)	(5.256)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(58.134)</u>	<u>(7.272)</u>
Total	<u>150.513</u>	<u>178.628</u>

## b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	138.257	169.927
Vencidos:		
Até 30 dias	3.702	5.056
De 31 a 90 dias	7.526	6.288
De 91 a 180 dias	51.279	1.968
De 181 a 360 dias	5.224	2.199
Acima de 360 dias	<u>7.775</u>	<u>5.718</u>
Total	<u>213.763</u>	<u>191.156</u>

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(5.626)
Adições		(2.566)
Baixa por perda efetiva		100
Reversões por recuperação (*)		820
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(7.272)
Adições		(50.862)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(58.134)

(\*) Reversões em função de recebimento.

9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber de partes relacionadas:		
Rio Aguaray SRL	16.243	14.936
MBR Shopping	-	1.664
Total	<u>16.243</u>	<u>16.600</u>
Créditos com partes relacionadas:		
Superbac (a)	<u>1.319</u>	<u>1.487</u>
Total	<u>1.319</u>	<u>1.487</u>
Compras de licenças:		
Superbac	-	2.200
Total	<u>-</u>	<u>2.200</u>
Contas a pagar a partes relacionadas:		
Superbac (d)	15.618	10.668
Superbac (b)	26.240	20.051
Superbac (c)	<u>23.309</u>	-
Total	<u>65.167</u>	<u>30.719</u>
Dividendos a pagar:		
Biogenesis	<u>1.497</u>	<u>1.497</u>
Total	<u>1.497</u>	<u>1.497</u>
Vendas brutas de produtos:		
Rio Aguaray SRL	20.063	17.693
MBR Shopping	<u>1.314</u>	<u>23.985</u>
Total	<u>21.377</u>	<u>41.678</u>
Compras de matéria prima:		
Superbac	<u>18.472</u>	<u>11.667</u>
Despesas financeiras - contratação de carta de fiança:		
SB Participações e acionistas - pessoa físicas (e)	<u>75</u>	<u>1.670</u>

- (a) Em 2015, a SB Participações contraiu um empréstimo junto a Companhia no montante de R\$14.479. Em 1 de maio de 2015, a Superbac incorporou a dívida da SB Participações e, conseqüentemente, assumiu todas as obrigações. Este saldo será compensado com dividendos futuros.
- (b) Refere-se a contrato mútuo adquirido em 22 de dezembro 2017, no montante principal de R\$20 milhões, e vencimento em 22 de dezembro de 2019, atualizado pela taxa de 4,96% + variação da taxa do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- (c) Rateio de despesas realizado entre as companhias do grupo, principalmente relacionado à serviços de pesquisa e desenvolvimento.
- (d) Refere-se a compra de matéria prima da controladora Superbac, as quais são realizadas a preços, prazos e condições pactuadas entre as partes.
- (e) A Companhia contratou carta fiança com seus acionistas no montante de R\$75 em 2018 (R\$1.670 em 2017), concedida em garantia dos empréstimos captados com o BNDES. A remuneração, despesa financeira, sobre esta carta fiança é 4% sobre o montante total das captações efetuadas.

## 10. ESTOQUES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matéria-prima	17.282	12.559
Produtos em processo	2.279	4.513
Embalagens	1.407	1.120
Produto acabado	37	412
Material de consumo	1.170	1.595
Adiantamentos a fornecedores	<u>8.880</u>	<u>10.162</u>
Total	<u>31.055</u>	<u>30.361</u>

## 11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
PIS e COFINS (a)	7.478	2.171
IRPJ e CSLL	11.305	-
ICMS (b)	651	404
IRRF sobre aplicação financeira	<u>97</u>	<u>30</u>
Total	<u>19.531</u>	<u>2.605</u>

- (a) Os créditos de PIS e COFINS são gerados na compra de insumos, maquinários e na operação de prestação de serviços de transportes e podem ser compensados com impostos e contribuições federais.
- (b) O saldo em 31 de dezembro de 2018 é oriundo das aquisições de matérias-primas e insumos, os quais não foram compensados em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional.

## 12. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Máquinas e equipamentos	866	866
Imóveis destinados a venda	<u>1.110</u>	<u>1.023</u>
Total	<u>1.976</u>	<u>1.889</u>

Movimentação do ativo mantido para revenda é conforme demonstrada abaixo:

Saldo em 31.12.2017	1.889
Adições	87
Baixa	-
Saldo em 31.12.2018	<u>1.976</u>

O saldo representa bens recebidos de clientes, como forma de liquidação de suas dívidas, estando estes contabilizados pelo custo de aquisição. A Administração está envidando esforços para a venda desses ativos e entende não haver perdas por "impairment" a serem reconhecidas no exercício.

## 13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais	2017		2018		
		Líquido	Aquisição	Baixas	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	3.051	-	-	-	3.051
Edifícios	4%	4.686	29	-	(134)	4.581
Máquinas e equipamentos	12%	6.314	17.076	(2.042)	(2.054)	19.294
Veículos	20%	2.498	128	(841)	(448)	1.337
Móveis e utensílios	12%	576	201	(11)	(79)	687
Instalações	10%	258	801	(2)	(54)	1.002
Ferramentas	15%	49	21	-	(11)	59
Equipamentos de informática	30%	254	835	(11)	(264)	814
Softwares	32%	30	-	(30)	-	-
Imobilizado em andamento	-	40.370	27.198	(192)	-	67.376
Adiantamentos a fornecedores	-	5.430	-	(5.430)	-	-
Outros	-	-	1.989	(1.335)	(614)	40
Intangível	-	2.200	38	(2.200)	(38)	-
Total	-	<u>65.716</u>	<u>48.316</u>	<u>(12.094)</u>	<u>(3.696)</u>	<u>98.242</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2016	44.352
Aquisições	22.891
Baixa	(32)
Depreciação e amortização	<u>(1.495)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	65.716
Aquisições	48.316
Baixa	(12.094)
Depreciação e amortização	<u>(3.696)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>98.242</u>

## 14. FORNECEDORES

O saldo de R\$42.561 (R\$29.860 em 2017) refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores nacionais	32.818	29.860
Fornecedores estrangeiros	<u>9.743</u>	<u>-</u>
Total	<u>42.561</u>	<u>29.860</u>

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Taxa de juros anual</u>	<u>Moeda</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Debênture (a)	10,44% a 11,72%	R\$	129.279	-
Capital de giro (b)	11,08% a 28,47%	R\$	48.727	107.806
Finame (c)	5,50% a 22,85%	R\$	2.672	3.991
BNDES (d)	7% a 9,89%	R\$	15.582	18.801
"Leasing"	14,98%	R\$	161	-
Empréstimos internacionais (e)	3,82% a 7,83%	R\$	17.205	5.980
Duplicatas descontadas		R\$	-	4.533
Outros		R\$	<u>237</u>	<u>232</u>
Total			<u>213.863</u>	<u>141.343</u>
Circulante			185.074	67.930
Não circulante			<u>28.789</u>	<u>73.413</u>
Total			<u>213.863</u>	<u>141.343</u>

## (a) Debênture

Os empréstimos obtidos das instituições financeiras na modalidade debênture têm encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro.

Em 06 de fevereiro de 2018, a Companhia realizou a 1º (primeira) Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, com prazo de vencimento em 20 de maio de 2020 no valor total de R\$50.000, e remuneração de CDI + 5%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados ao fomento das atividades de fornecimento de fertilizantes e/ou defensivos agrícolas para produtores do agronegócio.

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia realizou a 2º (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R\$100.000, e remuneração de CDI + 3,8%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados a liquidação antecipada de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da Companhia.

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Debêntures	<u>779</u>	<u>71.500</u>	<u>21.500</u>	<u>21.500</u>	<u>14.000</u>	<u>151.265</u>

(b) Capital de giro

Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio.

A Companhia possui CCE (Cédula de Crédito à Exportação) no valor de R\$47.318, e CCB (Cédula de Crédito Bancário) no valor de R\$1.408. O prazo médio das amortizações dos contratos é de dez meses, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidos nos contratos.

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Capital de giro	<u>34.710</u>	<u>13.524</u>	<u>270</u>	<u>144</u>	<u>80</u>	<u>48.727</u>

(c) Finame

Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME possuem encargos financeiros equivalentes a taxas pré-fixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP somados a um "spread" fixo.

O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de 19 meses, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidos nos contratos.

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Total</u>
FINAME	<u>901</u>	<u>907</u>	<u>586</u>	<u>279</u>	<u>2.672</u>

(d) Projeto Inova Agro - BNDES

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de (i) financiar o projeto para "Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agronômica" dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari - PR, e (ii) a aquisição de máquinas e equipamentos.

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Demais anos</u>	<u>Total</u>
BNDES	<u>2.594</u>	<u>2.557</u>	<u>2.557</u>	<u>7.874</u>	<u>15.582</u>

## (e) Empréstimos e financiamentos internacionais

Os empréstimos obtidos das instituições financeiras na modalidade de ACE, no valor de R\$4.240, têm por objetivo antecipar recursos por conta de exportação de mercadorias e suprir as necessidades de caixa vinculadas à operação da Companhia.

O empréstimo obtido das instituições financeiras na modalidade de Finimp, no valor de R\$12.965, tem por objetivo o financiamento das mercadorias adquiridas através de fornecedores internacionais, otimizando o fluxo de caixa operacional da Companhia

O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de cinco meses, sendo condições de amortização e juros conforme definidos nos contratos.

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos internacionais	<u>17.205</u>	<u>17.205</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>90.519</u>
Captações	116.601
Juros incorridos	14.053
Amortização principal	(63.390)
Pagamento de juros	<u>(16.440)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>141.343</u>
Captações	195.702
Juros incorridos	23.710
Amortização principal	(127.469)
Pagamento de juros	<u>(19.423)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>213.863</u>

Garantias

As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, cessão fiduciária de recebíveis de duplicatas, hipotecas, notas promissórias e aplicações financeiras no montante de R\$45.716 (R\$57.453 em 2017).

Cláusulas contratuais restritivas - ("covenants")

Em 31 de dezembro de 2018, os contratos de financiamento classificados como debêntures (item (a)) estavam sujeitos a cláusulas restritivas ("covenants") financeiras.

A Companhia obteve a autorização ("waiver") para o não atendimento das obrigações contratuais constantes nas cláusulas de restrição financeira ("covenants") da primeira e da segunda emissão, conforme descritos acima, que foi concedido através de ata registrada em 21 de fevereiro de 2019.

## 16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRPJ e CSLL	178	7.219
ICMS	615	253
IRRF	28	52
IOF	1.050	-
Outros	<u>207</u>	<u>103</u>
Total	<u>2.079</u>	<u>7.627</u>

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado é de R\$70.000 (R\$70.000 em 2017) e está representado por 9.081.969 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, assim distribuídas:

<u>Acionistas</u>	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Ações</u>	<u>%</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Superbac	6.949.838	76,52	6.949.838	76,52
Bio Gêneseis	<u>2.132.131</u>	<u>23,48</u>	<u>2.132.131</u>	<u>23,48</u>
Total	<u>9.081.969</u>	<u>100</u>	<u>9.081.969</u>	<u>100</u>

### b) Reserva legal

Conforme a Lei da Sociedade por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

### c) Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei da Sociedade por Ações.

Em função da ausência de lucro em 2018 não houve constituição de reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os dividendos a pagar estavam distribuídos da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superbac	-	4.880
Bio Genesis	<u>1.497</u>	<u>1.497</u>
Total	<u>1.497</u>	<u>6.377</u>

## 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas brutas de produtos no mercado nacional	352.472	259.394
Vendas brutas de produtos no exterior	22.895	17.693
Prestação de serviços	28	1.210
Ajuste a valor presente	(15.640)	(10.626)
Impostos incidentes sobre vendas	(13.191)	(10.429)
Devoluções	<u>(1.882)</u>	<u>(3.086)</u>
Total	<u>344.682</u>	<u>254.156</u>

## 19. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS E DAS DESPESAS POR NATUREZA INCLUÍDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mercadorias	(222.569)	(128.102)
Despesa com pessoal	(27.133)	(23.558)
Despesa com comissão	(12.661)	(8.587)
Despesa com veículos	(1.024)	(1.914)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.345)	(1.646)
Baixa de imobilizado	-	32
Despesa com fretes	(8.082)	(11.994)
Despesas com material de uso e consumo, energia elétrica, viagens e estadas	(4.408)	(6.569)
Despesa com manutenção	(9.946)	(4.018)
Depreciação e amortização	(3.696)	(1.495)
Perda de recebíveis	-	(52)
Despesa com serviços de terceiros	(16.344)	(8.969)
Outros	<u>(20.354)</u>	<u>(5.388)</u>
Total	<u>(370.562)</u>	<u>(202.260)</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(258.185)	(153.181)
Despesas com vendas	(66.947)	(28.284)
Despesas gerais e administrativas	(46.094)	(20.579)
Outras despesas, líquidas	<u>665</u>	<u>(216)</u>
Total	<u>(370.562)</u>	<u>(202.260)</u>

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicação financeira	3.009	4.414
Juros recebidos	841	719
Ajuste a valor presente	9.123	8.293
Descontos obtidos	-	34
Derivativos (ganho)	<u>545</u>	<u>-</u>
Total	<u>13.518</u>	<u>13.460</u>

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.710)	(16.732)
Juros passivos	(6.545)	-
Juros sobre desconto de duplicatas	(24)	(1.899)
Ajuste a valor presente	(223)	(1.102)
Remuneração com fiadores (nota explicativa nº 10)	(75)	(1.670)
Juros e multas sobre atrasos	(98)	(280)
Despesas bancárias	(3.878)	(1.914)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1.524)	(327)
Descontos concedidos	(955)	-
Derivativos (perda)	(785)	-
Outras despesas financeiras	(351)	-
Total	<u>(38.168)</u>	<u>(23.924)</u>
Variação cambial:		
Ativa	4.229	-
Passiva	(4.158)	(14)
Variação cambial, líquida	<u>71</u>	<u>(14)</u>

## 21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Diferidos

As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo:		
Provisão para comissões a pagar	5.816	4.085
Ajuste a valor presente	5.377	5.356
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.134	1.646
Provisão para gratificações	4.394	3.217
Total	<u>73.721</u>	<u>14.304</u>
Passivo:		
Ajuste a valor presente	-	(92)
Total	<u>-</u>	<u>(92)</u>
Base líquida dos impostos	73.721	14.212
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	25.065	4.832

### b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2018 e 2017.

A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(50.459)	41.418
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	17.176	(14.082)
Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:		
Outros diferenças permanentes devedoras	(368)	(488)
Outras diferenças permanentes credoras	1.023	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	17.831	(14.570)
Correntes	(2.402)	(17.053)
Diferidos	20.233	2.483
Total	<u>17.831</u>	<u>(14.570)</u>

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos.

Os saldos com partes relacionadas encontram-se reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na nota explicativa nº 3.4. Na data das demonstrações financeiras, o saldo desses ativos e passivos financeiros é classificado como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	15.397	1.938
Aplicações financeiras	65.130	31.887
Contas a receber de clientes	150.513	178.628
Contas a receber de partes relacionadas	<u>16.243</u>	<u>16.600</u>
Total	<u>247.284</u>	<u>229.053</u>
Outros passivos financeiros:		
Fornecedores	42.561	29.860
Cessão de fornecedores	10.046	-
Contas a pagar a partes relacionadas	65.167	28.952
Empréstimos e financiamentos	<u>213.863</u>	<u>141.343</u>
Total	<u>331.637</u>	<u>200.155</u>

### Risco de crédito

A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos.

Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco.

### Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como Políticas, Comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos.

### Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

### Risco da taxa de juros

Instrumento de taxa variável	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa - nota explicativa nº 6	15.397	1.938
Aplicação financeira - nota explicativa nº 7	65.130	31.887
Empréstimos - nota explicativa nº 15	<u>(48.727)</u>	<u>(107.806)</u>
Total	<u>31.801</u>	<u>(73.981)</u>

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia é remunerado pela CDI de 95% a 105%.

### Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US\$).

A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US\$) é demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber de clientes:		
Contas a receber - partes relacionadas	16.423	16.600
Empréstimos e financiamentos	<u>17.205</u>	<u>-</u>
Exposição líquida	<u>782</u>	<u>16.600</u>

### Análise de sensibilidade

A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexadas à variação da taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava ativos financeiros no valor de R\$80.392 e passivos financeiros no montante de R\$235.613.

### Análise de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Operação	2018	Cenário I	Cenário II
		Alta 50%	Alta 25%
Aplicações financeiras	<u>65.130</u>	<u>2.425</u>	<u>1.212</u>

Análise dos passivos financeiros

<u>Indexador</u>	<u>2018</u>	<u>Cenário I 50%</u>	<u>Cenário II 25%</u>
Pre / Selic/ CDI	193.749	5.844	2.922
TJLP	2.672	87	44
Dólar	<u>17.205</u>	<u>8.603</u>	<u>4.301</u>
Total	<u>213.626</u>	<u>14.534</u>	<u>7.267</u>

Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição à moeda estrangeira. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

<u>Operação</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Nocional (US\$)</u>	<u>MtM</u>
NDF	BRL	USD	Banco Votorantim	2.108	(117)
NDF	BRL	USD	Banco Itaú	<u>4.410</u>	<u>(121)</u>
Total				<u>6.518</u>	<u>(238)</u>

## 23. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado líquido do exercício	(27.796)	18.555
Quantidade de ações	<u>9.081.969</u>	<u>9.081.969</u>
Lucro líquido por ação (básico e diluído) - R\$	<u>(2,62)</u>	<u>2,96</u>

## 24. COMPROMISSOS

A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores e instituições financeiras para os próximos anos, relacionados à administração, operação e manutenção para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

## 25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía seguros para bens do ativo imobilizado e estoques cuja cobertura era no montante de R\$4.000 (R\$117.696 em 2017) e para responsabilidade civil de seus diretores estatutários, na modalidade "Directors & Officers - D&O", cujo valor de cobertura era no montante de R\$20.000 (R\$20.000 em 2017).

## 26. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía provisão para riscos de processos cíveis ou trabalhistas.

As ações trabalhistas classificadas como perda possível pelos assessores legais representam em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$3.950 (R\$9.950 em 2017), dentre as principais causas, causas de natureza trabalhistas, onde os reclamantes pleiteiam verbas adicionais, horas extras e demais encargos.

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de março de 2019, a Companhia alterou sua razão social para Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A., através de ata registrada na Junta Comercial do Paraná.

## 28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria da Companhia em 25 de abril de 2019.

---